

SENADO EM CRISE

O futuro político de ACM e Arruda está nas mãos dos 15 integrantes do Conselho de Ética. Onze deles vão disputar as eleições em 2002. Mas garantem que o interesse eleitoral não vai interferir na votação sobre a fraude no painel

Um julgamento político

Denise Rothenburg
Da equipe do Correio

O destino do ex-presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e do ex-líder do governo José Roberto Arruda (sem partido-DF) está hoje nas mãos dos 15 senadores que compõem o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. E um ponto crucial preocupa quem enfrentará um julgamento: onze deles vão disputar eleições em 2002 e, para chegar com a cabeça erguida à praça pública, terão que demonstrar que não compactuam com os erros de seus próprios colegas.

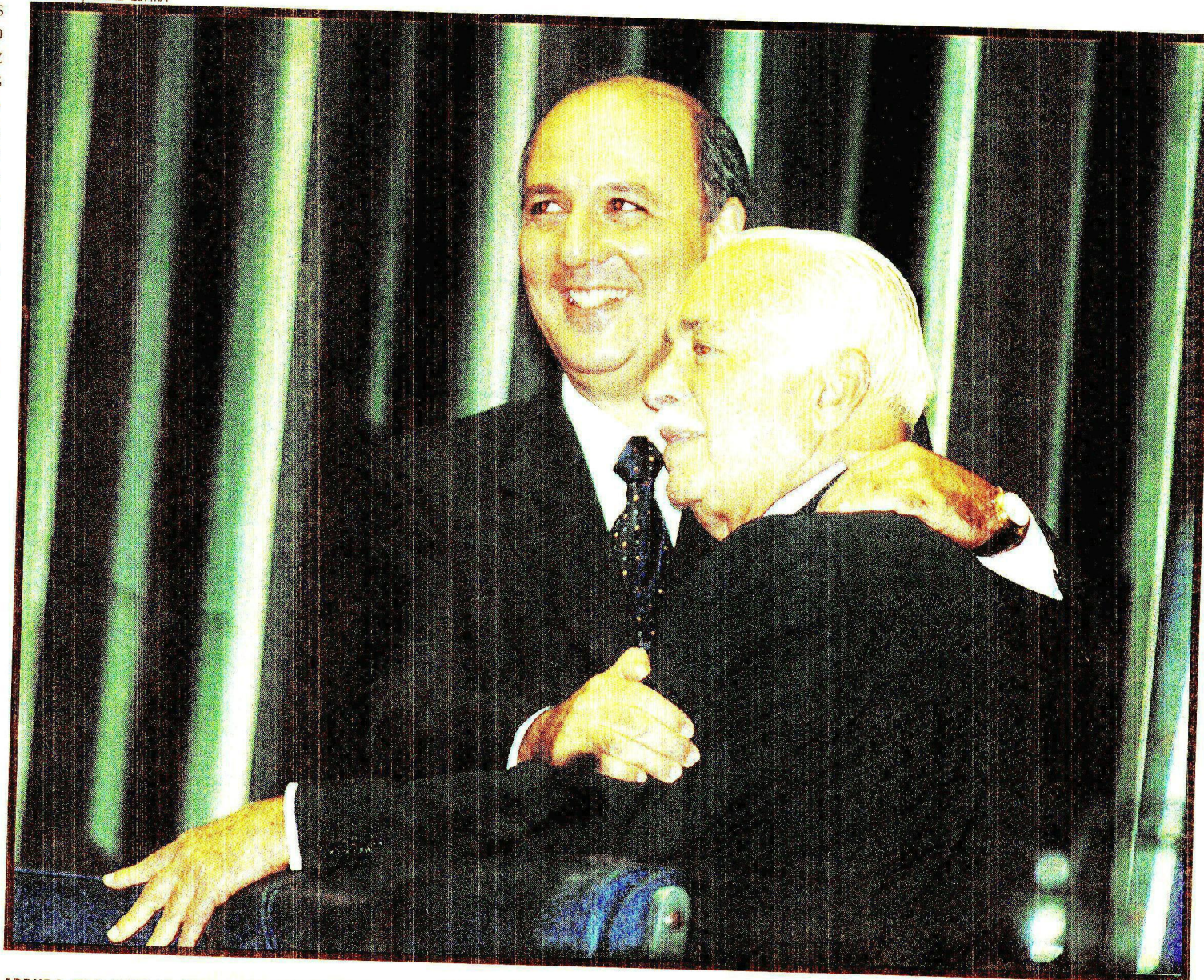
Eles são unânimes em afirmar que as pretensões políticas de cada um nada tem a ver com o caso em análise no conselho. Mas ninguém nega que a pressão da opinião pública e os e-mails que desabam sobre seus computadores são um forte componente na hora do voto secreto.

Hoje, eles não têm dúvidas de que Antonio Carlos e Arruda serão punidos. só estão meio tontos ainda quanto ao tipo de punição que caberá a cada um deles. Não está descartada, por exemplo, a suspensão do mandato. Afinal, lembram alguns, eles não roubaram dinheiro público. Cometeram um crime, do ponto de vista de alguns senadores, regimental.

Eles são praticamente os mesmos que deflagraram o processo de cassação de Luiz Estevão. Só dois não estão mais no Conselho: Arruda, por motivos óbvios — além de acusado, desligou-se do PSDB, e Juvêncio da Fonseca (MS), que trocou o PFL pelo PSDB. Dos outros só Lauro Campos passou da condição de titular a suplente para ceder a vaga ao relator, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ).

O julgamento, no entanto, será político. E o que valeu para Estevão, pode não valer para seus algozes, Arruda e Antonio Carlos. Na época da cassação de Luiz Estevão, por exemplo, o único caso na história em que um senador perdeu o mandato por deliberação de seus colegas, a maioria dos conselheiros optou pela cassação porque Estevão mentiu na CPI do Judiciário, ao dizer que não tinha relação com a obra ou mesmo com a construtora Incal, de Fabio Monteiro de Barros. Desta vez, o crime foi ter trabalhado para conhecer o resultado de uma votação — a cassação de Estevão — que era secreto. O crime não envolveu dinheiro público. Isso pode pesar a favor dos dois senadores. No outro prato da balança, há o fator eleitoral e a pressão da opinião pública. Veja quem são os senadores que decidirão o destino de Arruda e Antonio Carlos.

Dida Sampaio/AE 23.4.01



ARRUDA (E) E ANTONIO CARLOS: OS DOIS ACUSADOS ALEGAM QUE NÃO ROUBARAM DINHEIRO PÚBLICO E SOMENTE FERIRAM O REGIMENTO INTERNO DO SENADO